

Desenvolvimento

ORLANDO CALIMAN

Na semana passada, tive a oportunidade de participar do evento comemorativo aos 25 anos de existência e, de certa forma, de resistência do Instituto Jones dos Santos Neves - hoje Ipes -, que muita contribuição deu ao conhecimento da realidade capixaba e também à formulação de políticas e projetos de desenvolvimento do Estado; além de ter produzido cabeças pensantes, que hoje se encontram dispersas e atuantes nas mais variadas instituições - públicas e privadas - e áreas de trabalho. Um dos temas focados foi o desenvolvimento regional brasileiro e as políticas de desenvolvimento. Coube-me discorrer sobre o desempenho da economia capixaba nos últimos 30 anos, bem como fazer uma avaliação das políticas de desenvolvimento local.

Dentre os pontos de convergência de nossas análises, parece ter ficado claro que, numa escala macro, na ausência de um projeto de desenvolvimento nacional articulado regionalmente, principalmente no decorrer das últimas duas décadas, abriu-se um verdadeiro campo de batalha entre regiões, Estados e municípios. Isso fez com que cada um buscasse diferenciar-se, de múltiplas maneiras, pela capacidade de construir, em muitos casos artificialmente, os chamados fatores de atração de novos negócios. Dessa forma, Estados e municípios ou regiões passaram a enfrentar-se em uma verdadeira guerra de concessões e disputas de espaços. Cada um, a seu modo, procura identificar o seu diferencial, como também construí-lo. São usadas, para tanto, estratégias de marketing, favores fiscais e uma infinidade de artifí-

cios, na expectativa de que funcionem como atrativos e possam gerar riquezas, empregos e receitas para o poder público. O problema é que as coisas acabam acontecendo sem as devidas amarrações do ponto de vista macro.

A questão é que, no afã de buscarem ser diferentes, ou pelo menos apresentarem-se como tal diante da concorrência, Estados e municípios acabam deixando em segundo plano o trabalho de criação das chamadas condições endógenas do desenvolvimento, principalmente aquelas condições que dizem respeito às estruturas dominantes - que podem ser de caráter político e institucional ou mesmo sociais. Tais estruturas ou arranjos locais podem vir a se transformar em obstáculo a qualquer movimento na direção do desenvolvimento. Nesse aspecto, segundo o professor Carlos Brandão, "desarranjar" tais arranjos constitui o principal desafio.

Assim, o desenvolvimento, na sua concepção mais completa e abrangente, passa necessariamente, por um processo de desobstrução de caminhos ou de retirada de verdadeiros entulhos que funcionam como obstáculos a avanços. Com certeza, "desarranjar" os tais arranjos, acaba custando menos e dando mais resultados que a aplicação de cifras vultosas em concessões fiscais ou em investimentos voltados à atração de novos empreendimentos.

ORLANDO CALIMAN escreve às quintas-feiras nesta coluna

■ e-mail: ocaliman.vix@terra.com.br

